

A (re)produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violações dos direitos humanos

NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli¹

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de²

Resumo

Este artigo teve como objetivo compreender o lugar do homem/esposo ocupa em famílias de camadas populares, especialmente em situações em que esse homem está desprovido de seu papel tradicional de provedor econômico e é sustentado por sua esposa. Assim, busca-se entender os aspectos relacionados às masculinidades, família e seus desdobramentos em relação aos direitos humanos. Tem-se como sujeitos de pesquisa homens/esposos não provedores em grupos populares, nas comunidades de São Rafael e Padre Hildon Bandeira, ambas localizadas na região metropolitana de João Pessoa/PB. A partir desse contexto, procuramos compreender a situação vivenciada por tais homens levando em consideração a perspectiva de que os homens estão desprovidos do seu poder simbólico de provedores. Assim, buscamos observar como é vivida a masculinidade por homens nos espaços da casa e da rua. Desse modo, a observação combinada com a realização de entrevistas abertas, emergiram como um procedimento metodológico privilegiado na pesquisa antropológica. O campo empírico estudado nos indicou, por um lado, que o modelo hegemônico de masculinidade ao qual cabe ao homem ser o provedor financeiro, exerce uma forte influência como referencial/ideal, levando nossos sujeitos da pesquisa, muitas vezes, a sofrerem e envergonharem-se, escondendo a situação vivida de não serem provedores e elaborando discursos que justificam e desculpam tal ausência de poder econômico. Por outro lado, esse modelo vem atualizado em valores ligados a uma moral de homem-protetor. Vale destacar que há uma violação da dignidade humana nas questões de condições de moradia, acesso a trabalho como atividade ontológica, acesso a uma educação em e para os direitos humanos que possa desestabilizar a hierarquização entre homens e mulheres e entre os homens (masculinidade hegemônica e masculinidade subalterna) além de não promoverem a equidade entre os gêneros e uma sociedade democrática de respeito e aprendizado com as diferenças.

Família. Masculinidade. Direitos Humanos.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo comprender el lugar del hombre/esposo ocupa en familias populares, especialmente en situaciones en que ese hombre está desprovido

¹ Mestre em Antropologia pela UFPE. É membro do grupo de pesquisa do CNPq: Criança, Cultura e Sociedade (Crias), do PPGSA-UFPE. Foi professora pesquisadora (bolsista CAPES), no curso de Licenciatura em Ciências Naturais/EAD- UFPE. Atualmente, é professora substituta, na Universidade Estadual da Paraíba. Desenvolve pesquisa com as seguintes temáticas: Infância/criança, camadas popular urbana, gênero, família e consumo. E-mail: c.g.nogueira@hotmail.com

² Doutor em Sociologia pela UFPE. Atualmente, é Professor Adjunto na Universidade Federal de Pernambuco, no Núcleo de Formação Docente/CAA. É professor do PPGDH/UFPE e do PPGEDUC/UFPE. É líder do grupo de pesquisa do CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidades/UFPE e membro dos grupos de pesquisa: Diversões - Direitos Humanos, Poder e Cultura em Gênero e Sexualidade/UFPE e do: Laboratório de Estudos Antropológicos/UFPE. Desenvolve pesquisas com as temáticas: direitos humanos, sociologia política da educação, gênero e sexualidade. E-mail: mm.marcelohenrique@yahoo.com.br

de su rol tradicional de proveedor económico y es sostenido por su esposa. Así, se busca entender los aspectos relacionados a las masculinidades, familia y sus desdoblamientos en relación a los derechos humanos. Se tiene como sujetos de investigación hombres/esposos no proveedores en grupos populares, en las comunidades de São Rafael y Padre Hildon Bandeira, ambas ubicadas en la región metropolitana de João Pessoa/PB. A partir de ese contexto, buscamos comprender la situación vivida por tales hombres considerando la perspectiva de que los hombres están desprovistos de su poder simbólico de proveedores. Así, buscamos observar cómo es vivida la masculinidad por hombres en los espacios de la casa y de la calle. De este modo, la observación combinada con la realización de entrevistas abiertas, emergieron como un procedimiento metodológico privilegiado en la investigación antropológica. El campo empírico estudiado nos indicó, por un lado, que el modelo hegemónico de masculinidad al que corresponde al hombre ser el proveedor financiero, ejerce una fuerte influencia como referencial/ideal, llevando a nuestros sujetos de la investigación, muchas veces, a sufrir y avergonzarse, a ocultar la situación vivida de no ser proveedores y elaborando discursos que justifican y disculpan tal ausencia de poder económico. Por otro lado, ese modelo viene actualizado en valores ligados a una moral de hombre-protector. Es importante destacar que hay una violación de la dignidad humana en las cuestiones de condiciones de vivienda, acceso a trabajo como actividad ontológica, acceso a una educación en y para los derechos humanos que pueda desestabilizar la jerarquización entre hombres y mujeres y entre los hombres (masculinidad hegemónica y masculinidad subalterna) además de no promover la equidad entre los géneros y una sociedad democrática de respeto y aprendizaje con las diferencias.

Familia. Masculinidad. Derechos Humanos.

Introdução

Este artigo teve como objetivo compreender o lugar do homem/esposo em famílias de camadas populares, especialmente em situações em que esse homem está desprovido de seu papel de provedor econômico e é sustentado por sua esposa. Assim, busca-se entender os aspectos relacionados às masculinidades, família e seus desdobramentos em relação aos direitos humanos. Tem-se como sujeitos de pesquisa homens/esposos não provedores em grupos populares, nas comunidades de São Rafael e Padre Hildon Bandeira, ambas localizadas na região metropolitana de João Pessoa/PB. As famílias investigadas têm por características, de um lado, o fato de serem compostas por mãe, pai e filhos e; por outro lado, o fato dos homens estarem desempregados e não contribuírem financeiramente com o sustento das famílias.

A partir desse contexto, procuramos compreender a situação vivenciada por tais homens levando em consideração a perspectiva de que os homens estão desprovidos do seu poder simbólico de provedores (BOURDIEU, 1989, 1999; CARNEIRO, 1999; CONNELL, 2013; GOLDENBERG, 1991; KIMMEL, 1998) e quais estratégias são usadas pelos nossos sujeitos em relação à masculinidade hegemônica e seus desdobramentos a possíveis violações dos direitos humanos. Assim, buscamos observar como é vivida a masculinidade por homens nos espaços da casa e da rua (DA MATTA, 1985; FONSECA,

2002; SARTI, 1996), com a finalidade de responder ao nosso problema de pesquisa: qual o lugar do homem/esposo em famílias de camadas populares, especialmente em situações em que esse homem está desprovido de seu papel de provedor econômico e é sustentado por sua esposa?

Dessa maneira, utilizamos como suporte analítico a literatura sobre masculinidades e sobre famílias de camadas populares. A partir dessas bases analíticas, foi possível compreender as falas dos homens sujeitos da pesquisa, por meio de entrevistas, entender as observações realizadas como técnica de coleta de dados sobre o lugar simbólico desses homens/esposos não provedores econômicos para definirmos o “fardo” masculino e violações dos direitos humanos.

_1 Processo histórico da reprodução da exclusão social

No Brasil, não se consolidou um Estado do bem-estar social. Infelizmente, o Estado brasileiro quase nunca garantiu os mínimos direitos de moradia, alimentação, saúde, educação e segurança aos cidadãos e cidadãs, sobretudo das camadas populares. Vale ressaltar que na atualidade, período de recrudescimento neoliberal e neoconservador, a exclusão vem ganhando contornos ainda maiores por meio de grandes contingentes populacionais lançados à situação de desemprego, reformas trabalhistas que beneficiam os grupos economicamente hegemônicos em detrimento da camada popular. Tal situação tem tornado as exclusões, ainda mais graves, das pessoas mais vulneráveis, deixando suas condições de vida mais precárias materializando as distintas violações dos direitos humanos individuais, coletivos e culturais (ALVES, 2013; FONSECA; TERTO JUNIOR; ALVES, 2004; HERRERA FLORES, 2009; SOUSA SANTOS, 2013).

Esse processo de exclusão vem sendo intensificado desde a década de 40, do século passado. O processo de urbanização, da forma como se deu no Brasil, levou à reordenação dos espaços rurais e urbanos no país como um todo. Com o aumento das indústrias na década de 1940, as cidades passaram a ser um atrativo para os moradores das áreas rurais uma vez que apresentavam possibilidade de emprego e melhores alternativas de sobrevivência, ao contrário do campo, onde as necessidades vinculadas ao respeito à vida não são supridas, gerando uma falta de perspectiva de vida, endossada pela ausência de políticas públicas eficazes, como as de apoio à agricultura, à segurança pública, à saúde pública de qualidade ou a uma educação que priorize a formação humana, o pensamento crítico e a qualidade profissional, isto é, que fortaleça uma educação democrática por meio da educação em e para os direitos humanos.

Na década de 1960, esse processo se intensificou, pois as cidades passaram por um célere crescimento populacional, recebendo migrantes da área rural com pouca ou nenhuma escolaridade o que dificultava conseguirem

se inserir satisfatoriamente em um mercado de trabalho urbano competitivo e excludente, dada a especialização e o modelo tecnológico aplicado ao mundo do trabalho (CASTELL, 1997; LARANJEIRA, 1999; SANTOS, 1994).

Atualmente, muitos moradores das cidades brasileiras têm de enfrentar subempregos ou outras formas precárias de ocupação laboral na busca de garantir o sustento familiar. Na maioria das vezes, recebem salários irrisórios, não fixos e intermitentes, sendo, por conseguinte, obrigados a se instalarem na periferia³, onde os imóveis e aluguéis são sensivelmente mais baratos ou partindo para ocupações irregulares de loteamento, construções clandestinas, que conformam áreas de favelas aumentando assim o nível de precarização de seus cotidianos (BARROS, 2000; TELLES, 1994; ZALUAR, 1985).

No presente, vale destacar que essa situação tende a piorar com a reforma trabalhista aprovada em julho de 2017 e que começou a vigorar em novembro do mesmo ano, no governo do presidente Temer. A reforma trabalhista, dentre outras modificações, prevê a existência formalmente do trabalho intermitente, ou seja, o trabalhador ganha quando for conveniente para a empresa manter seus serviços e o trabalhador pode deixar de ganhar sem ser demitido pela empresa quando também for conveniente para a mesma.

Na região Nordeste, os problemas assumem tons mais intensos, penalizando assim uma grande parcela da população, expondo-a a um estado de grande pobreza e exclusão social (CARVALHO, 2003; OLIVEIRA, 1997). A cidade de João Pessoa não foge a esta regra. Dados levantados nessa pesquisa mostram o quanto se concretiza este cenário nas comunidades estudadas, como no caso das comunidades de São Rafael e Padre Hildon Bandeira, que constituem exemplos claros dos rebatimentos de uma conjuntura maior de não efetivação dos direitos humanos coletivos e culturais (ALVES, 2013; SOUSA SANTOS, 2013). No âmbito específico da realidade estudada, os problemas se multiplicam de forma intensa, agindo diretamente na desqualificação da vida de seus moradores, isto é de homens e mulheres das periferias de João Pessoa.

O contexto acima descrito intensifica as violações dos direitos humanos tanto coletivos como culturais, pois há uma intersecção da opressão e de desrespeito à dignidade humana. Dessa maneira, a ausência de dignidade pode ser definida como: “viver com violência, viver na extrema pobreza, viver sem as mínimas condições de educação, sem acesso à cultura etc.” (CAMPOS, 2004, p. 188).

Sobre os direitos humanos coletivos, destacamos as péssimas condições de vida da população das camadas populares o que interfere no cotidiano familiar sobrecarregando as mulheres com o sustento da família ao

³ Não necessariamente a periferia social coincide com a periferia geográfica, embora frequentemente isso aconteça. Também, vale salientar que muitos autores optam por usar outras terminologias que não “periferia”, como comunidades de baixa-renda, bairros populares ou de grupos/classes populares. Ver, por exemplo, Sarti (2003) e Fonseca (2000). Nesse artigo, usaremos essas expressões como sinônimo.

mesmo tempo em que aumenta uma baixa autoestima dos homens por não conseguirem se sustentar nem contribuir com as despesas familiares, levando muitos deles à válvula de escape do consumo de álcool, do aumento da violência doméstica entre outros problemas (CONNEL, 2013; CONNELL; PEARSE, 2015; KIMMEL, 1998), visto que eles não têm garantido as mínimas condições de existência, de trabalhos remunerados, de segurança pública etc.

No que diz respeito aos direitos culturais, as relações de gênero principalmente sobre a feminilidade e a masculinidade não são problematizadas e desnaturalizadas visando uma equidade de gênero que possibilite desconstruções dos modelos hegemônicos que sustentam relações de poder do que a nossa sociedade impõe às mulheres e aos homens, ou seja, na (re)produção de uma misoginia, sexismo, masculinidade hegemônicas e subalternas.

Vale sublinhar que os aspectos entre as famílias de camadas populares e homens/esposos que estão desprovidos dos seus lugares hegemônicos de provedores de suas famílias materializam as seguintes tensões nos direitos humanos: tensão entre o universal e o local; tensão entre direitos individuais e direitos coletivos; tensão entre direitos humanos e deveres humanos; tensão entre a razão de Estado e a razão dos direitos; tensão entre reconhecimento da igualdade e o reconhecimento da diferença (SOUSA SANTOS, 2013). No tocante às relações desiguais de gênero entre as mulheres, entre os homens e as mulheres, e entre os homens, as tensões sobre reconhecimento da igualdade e reconhecimento da diferença ficam ainda mais complexas focadas ora em um reforço das masculinidades hegemônicas e subalternas ora em sua desconstrução na busca por justiça por meio da distribuição e do reconhecimento de mulheres e homens de camadas populares e imigrantes do sertão paraibano (FRASER, 2006).

Assim, nossa pesquisa nos levou aos homens moradores das comunidades, que frequentam bares ou as ruas, em rodas de conversas. Essa aproximação nem sempre foi fácil. Tradicionalmente, são as mulheres as que costumam ter contato com pessoas de outros grupos sociais seja no posto de saúde ou no recenseamento. Esses aspectos se tornam mais evidentes quando trabalhamos com família, pois o espaço privado é socialmente atribuído às mulheres, diferentemente da rua, espaço público, domínio masculino por excelência (DA MATTA, 1985; SARTI, 2003). Tal tendência se manifesta numa ausência de estudos que foquem a família a partir dos homens onde continua a existir uma lacuna em nossa compreensão de como esses homens/esposos “que intermedeiam o mundo da rua e mundo da casa, enfrentam a própria incapacidade de controlar a rua, o que lhe impede de trazer subsídios para exercer o poder em casa” (SCOTT, 1990, p. 44).

Nessa perspectiva, pergunta-se: qual o lugar do homem/esposo em famílias de camadas populares, especialmente em situações em que esse homem está

desprovido de seu papel de provedor econômico e é sustentado por sua esposa? Será que esses esposos assumem o lugar das masculinidades subalternas, reforçando o lugar atribuído à masculinidade hegemônica? Será que eles desconstruem o espaço naturalizado da submissão feminina e da dominação masculina? No desenvolvimento do artigo tentaremos responder essas indagações.

A seguir, serão abordadas as categorias analíticas que possibilitam compreender nossos sujeitos de pesquisa e, conseqüentemente, contribuíram na resposta do nosso problema de pesquisa.

2 Masculinidades e famílias de camadas populares

Nesse tópico se encontram as categorias analíticas sobre masculinidade e família de camadas populares que serviram de referências nas apreciações desenvolvidas na realização deste estudo com homens/esposos de famílias populares da periferia, da cidade de João Pessoa-PB. Essas categorias analíticas, por um lado, caminharam pela problematização e desnaturalização do homem, no campo dos estudos feministas, e por outro lado, na ruptura da perspectiva tanto da carência das famílias pobres como da desconstrução do modelo ideal da família burguesa.

2.1 Masculinidades

A literatura afirma que o corpo, o gênero e sexualidade são construções culturais que são modificados de acordo com cada cultura e sociedade; modificam-se dentro de uma mesma sociedade em distintos períodos históricos; e ainda mudam seus significados dependendo da fase da vida de cada indivíduo, ou seja, na infância, na vida adulta ou na velhice. Assim, o corpo, o gênero e a sexualidade são construções sociais e culturais, não ontológicas, que “guiam” os sentidos em processos de inteligibilidades na interação social (BUTLER, 2003, 2009).

Nessa perspectiva, a masculinidade, assim como a feminilidade, é uma categoria ficcional sobre não apenas os sexos, os gêneros e a sexualidade, mas sobre as instituições que representam a masculinidade hegemônica, como a instituição militar ou sobre o provimento econômico da família enquanto atividade “natural” masculina (MIRANDA, 2011b, 2016; OLIVEIRA, 2000).

Para Connell (1995), ao se utilizar o conceito de masculinidade hegemônica, há a possibilidade de se problematizar e compreender questões relacionadas ao poder, à violência ou à desigualdade material, tanto fora como dentro do núcleo familiar. O autor afirma que o gênero dos homens era compreendido equivocadamente como o “papel do sexo masculino”. Tal definição concebe um conjunto de atitudes e expectativas que definiam a masculinidade “apropriada” que não permitia perceber as complexidades no interior da masculinidade e as variadas formas de masculinidade como a hegemônica e as subalternas.

Dessa forma, passar do conceito do papel do sexo masculino para o da categoria masculinidade constitui um aprofundamento teórico que necessitou de algum tempo para ser desenvolvido no campo da Teoria Social. Para Connel (1995, 2013), masculinidade é um conjunto de diversas configurações de práticas de poder em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero de uma sociedade.

Contribuindo para a problematização do lugar dessa masculinidade e para o desenvolvimento desse campo de conhecimento, Kimmel defende um conjunto comum de suposições teóricas acerca da masculinidade. As masculinidades são,

Socialmente construídas, (...) nem míticas, tampouco biológicas; (...) (as) masculinidades variam de cultura a cultura, variam em qualquer cultura no transcorrer de certo período de tempo, variam em qualquer cultura através de um conjunto de outras variáveis, outros lugares potenciais de identidades e variam no decorrer da vida de qualquer homem individual. (1998, p. 105).

Para Kimmel, as masculinidades são engendradas simultaneamente em dois campos inter-relacionados de relações de poder: a) nas relações entre os homens e as mulheres (desigualdades de gênero); e b) nas relações dos homens com outros homens, ou seja, nas desigualdades baseadas entre homens afro-brasileiros e não afro-brasileiros, heterossexuais e homossexuais, de camadas médias e os de camadas populares, entre os homens adultos e os idosos ou os meninos etc. Assim, para autor, dois dos elementos constitutivos na construção social de masculinidade são o sexismo e a homofobia.

Segundo Kimmel, ao se reconhecer as diversas configurações das posições de gênero, temos de utilizar o termo no plural: “masculinidades”. No entanto, o plural do termo não deve ser usado como uma multiplicidade de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo, mas sim destacar as relações de poder engendradas ou envolvidas nas interações sociais tanto entre os homens como entre os homens e as mulheres.

Sendo assim, ao se denunciar e problematizar as relações de poder se assume que há masculinidades hegemônicas (homens de camada média, brancos, heterossexuais etc.) e masculinidades subalternas (indígenas, afro-brasileiros, de camadas populares, homossexuais etc.).

Oliveira (1998), fazendo referência a Carrigan, Connell e Lee, afirma que para esses autores, a masculinidade hegemônica representa uma estrutura de poder das relações sexuais, buscando excluir qualquer variação de comportamento masculino que não se adapte a seus preceitos. E subjacente a este movimento, há um processo de luta que mobiliza a marginalização, a contestação, a resistência e subordinação das modalidades de ser masculino. Essas identidades não são sancionadas pelo modelo “natural”, ou seja, pelo

modelo hegemônico que está focado no patriarcado e na heterossexualidade compulsória ou normativa (MIRANDA, 2016; MISKOLCI, 2012). O contraponto dessa masculinidade hegemônica é a masculinidade homossexual, uma vez que a mesma, juntamente com classe e etnia/raça, faz parte das chamadas masculinidades subalternas, ou ainda, menos distantes do que a masculinidade homossexual, as masculinidades afro-brasileiras, indígenas e pobres.

Em relação a essa naturalização do poder simbólico entre os gêneros e entre os homens, Bourdieu (1989, 1999) afirma que os sistemas simbólicos são construídos historicamente e considerados como naturais. Ou seja, ao serem naturalizados eles cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação.

Essa “naturalização” que constituem os sistemas simbólicos contribui para assegurar a dominação dos homens provedores econômicos de suas famílias heteroparentais em relação às masculinidades consideradas subalternas, no caso os sujeitos da nossa pesquisa que não são provedores materiais de suas famílias sendo sustentados por suas esposas. Essa hierarquização constitui uma violência simbólica.

Nesse caminho, Bourdieu afirma que

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de (grupo) (...) sobre (...) (o outro) (...) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “*domesticação dos dominados*”. (1989, p. 11).

Dessa maneira, a masculinidade hegemônica está baseada no conceito gramsciano de hegemonia “uma forma particular de dominação na qual uma classe (ou grupo) torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não apoio irrestrito dos que se encontram abaixo” (JOHNSON, 1997, p. 123).

Corroborando com as ideias dos teóricos expostos acima, Oliveira (1998, p. 104) afirma que se faz necessário considerar que os grupos oprimidos (mulheres, gays, homens indígenas, afro-brasileiros e pobres), em função da masculinidade hegemônica dos homens provedores econômicos de suas famílias, cultivam-na aberta ou veladamente.

Entretanto, a sustentação dessa masculinidade hegemônica não é um projeto consciente de um grupo objetivando alcançar um resultado determinado. Essa masculinidade é concretizada por meio de uma complexa trama de situações e condições que a favorecem mais ou menos, dependendo das circunstâncias. Isto é, a masculinidade hegemônica é tida como uma referência a ser seguida, podendo ser, inclusive, relativizada pelas masculinidades

subalternas no intuito de (re)atualizar a sua masculinidade subalterna como hegemônica. Nesse caminho, Carrigan, Connell e Lee dizem que

Apesar de ser própria, a apenas um pequeno grupo concreto, a masculinidade hegemônica é sustentada e mantida por um amplo segmento da população masculina em função da gratificação fantasiosa de fazer parte do poder que ela proporciona, além, é claro, dos motivos concretos, tal como poder retirar daí benefícios (melhores salários e postos, por exemplo) através da dominação institucionalizada masculina em relação às mulheres. (*apud* OLIVEIRA, 1998, 105).

Dessa forma, para Kimmel “o hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua, mas desigual em uma ordem social e econômica dividida em gêneros” (1998, p. 105). Nessa ordem social e econômica, faz-se necessário indicar alguns marcadores da histórica desse campo de produção do conhecimento sobre família e de camadas populares.

3 Família e Pobreza

Vale ressaltar que a perspectiva adotada neste artigo se distancia dos enfoques teóricos que predominaram, nos anos 1970, quando se começou a proliferar estudos sobre famílias pobres privilegiando o aspecto econômico. Esses estudos tendiam a ver as famílias apenas como camadas excluídas do mercado de trabalho e do sistema capitalista industrial, atrelando a carência material à simbólica, com um referencial da falta, enfatizando muito mais a questão da pobreza do que os sujeitos, e com desatenção à vida social e simbólica (LONGHI, 2001).

Nesse momento, segundo Fonseca (2000), não havia também, estudos referentes a práticas familiares que se diferenciam do modelo ideal de família nuclear burguesa, ou seja, um marido provedor econômico e a esposa como responsável pelo cuidado dos filhos mesmo que trabalhasse fora do lar. Nem tampouco, se escrevia sobre divórcio, concubinação, família monoparental, homo parental, dentre outros, constituições familiares.

Após os anos 1970, iniciam-se estudos sobre “mulheres chefes de família” (BACELAR, 1982; FIGUEIREDO, 1980; NEVES, 1982; SCOTT, 1990; WOORTMAN, 1987) e assim posteriormente, surgem pesquisas, sobre modelos familiares que diferem entre as classes sociais, reconhecendo assim as especificidades culturais que existem na sociedade contemporânea (BILAC, 1995; DUARTE, 1886; SARTI, 1995).

De acordo com Sarti (2001, p. 9), a família contemporânea para os pobres está delimitada e “restrita àqueles com quem convivem ou conviveram, àqueles com quem se pode contar que retribuem o que se dá”, [como] “uma referência simbólica fundamental que permite pensar, organizar e dar sentido ao mundo

social, dentro e fora do âmbito familiar”. A essa família assume não apenas os elos afetivos ou de ajudas mútuas, mas também está vinculada a uma identidade de ser social.

Todavia, o modelo ideal de família a ser seguido ainda prevalece como sendo a nuclear. Tal modelo é composto pela mãe que assume tradicionalmente o lugar da emoção e passividade no lar, detentora dos saberes da casa e responsável pela educação e saúde dos filhos; e pela figura do pai que é o “chefe” da família, detentor da razão e do conhecimento. À figura paterna ainda é designada a provisão econômica e ou moral da família além de ser a mediadora com o mundo externo. Assim, esse modelo é caracterizado por posições hierarquizadas do homem sobre a mulher, com deveres e direitos diferenciados entre os gêneros perpetuando desigualdades na sociedade.

Entretanto, esse modelo familiar nem sempre encontra assento na realidade. Frequentemente, o homem/marido trabalhador não está inserido no mercado de trabalho formal e o montante de dinheiro que consegue por meio do trabalho informal não lhe permite ser o único ou o principal provedor da família.

Estudos mostram a força simbólica que ainda existe desses padrões, que, ao reafirmar o papel central do homem como mediação com o mundo externo, fragiliza socialmente as famílias em que não há este homem, “provedor”, de teto, de alimento e de respeito (DUARTE, 1986; FONSECA, 2000; NEVES, 2003; SARTI, 2003; ZALUAR, 1985).

Quando este provimento econômico não se realiza, muitos desses homens buscam manter sua autoimagem diante da frustração do não provimento, ressaltando assim suas qualidades “morais”. Isto é, eles assumem o lugar de serem provedores morais. Nesse caminho, há uma adaptação da masculinidade hegemônica, ou seja, do homem como provedor econômico para ser moral. Tal construção simbólica atualiza o lugar hegemônico ao mesmo tempo que não desestabiliza as relações de poder desses homens com suas esposas.

Aqueles em que mesmo não sustentando economicamente a família, terminam tornando suas famílias mais “respeitáveis”, pois as mulheres das famílias em que há um marido, mesmo que este seja dependente economicamente de sua esposa, são mais respeitadas nas comunidades do que as mulheres das famílias em que não existe um marido (SCOTT, 1990).

Assim, um homem que é “homem”, como forma de minimizar o peso do fracasso econômico que recai sobre ele, foca a honra como importante “elemento simbólico, chave que regula o comportamento e define a identidade dos membros de um grupo” (FONSECA, 2000), permitindo dar ênfase aos aspectos não materiais da organização social. Dessa forma, a honra torna-se capaz de uma reelaboração simbólica que tende a maximizar o amor próprio, utilizando-se de um “filtro imaginário que permite ver e narrar sua vida de

acordo com uma imagem de si socialmente aceitável” (FONSECA, 2000, p. 21), apresentando, assim, proximidades com características tidas “naturalmente” como masculinas.

Entretanto, alguns estudos têm mostrado uma diminuição do poder desse homem na família diante do não provimento, frente à dificuldade de realização do padrão conjugal, resultando assim em “uma diminuição da importância da figura masculina em favor da expansão do papel feminino” (ZALUAR, 1985). A figura do pai aparece assim como transitória, distante e substituível. Outros estudos, como o de Longhi (2001), apontam para uma relativização do suposto lugar “menor” desse homem não provedor em contextos semelhantes.

Em geral, os estudos têm focado situações em que esses homens são expulsos ou, então, ficam fora das casas, sem um lugar importante nelas, isto é, dá-se lugar a grupos domésticos compostos pela díade materna – relação mãe-filhos (WOORTMANN; WOORTMANN, 2002).

Contudo, o trabalho de Scott (1990), ao buscar entender como homens e mulheres vivenciam esta situação conhecida como “matrifocalidade”, mostra o quanto nessas famílias, o vínculo mãe-filho prevalece em relação ao vínculo com os homens. Assim, o autor observa, as mulheres passam a ser o centro da coalizão econômica e da tomada de decisões junto aos filhos. Com o crescimento dos filhos, vai havendo gradativamente o afastamento do homem do ambiente doméstico. Essa situação em que o homem não mais provém financeiramente a casa é sucedida por diversos desentendimentos entre o casal, de maneira que a esposa o acusa por não desempenhar adequadamente o modelo “natural” de homem (SALEM; BARROSO *apud* SCOTT, 1990).

4 O olhar, o ouvir e o escrever na compreensão das possíveis desestabilizações do modelo tradicional de masculinidade

A nossa pesquisa tem abordagem qualitativa e nesse aspecto, buscamos tornar compreensíveis as estruturas simbólicas dos homens/esposos pesquisados que não correspondem ao modelo tradicional de provedores econômicos de suas famílias.

Nesse caminho, inspiramo-nos na ideia elaborada por Oliveira (2000) a respeito do trabalho antropológico, como encontro de três movimentos: “olhar, ouvir e escrever”, processo que exige o reconhecimento do outro, em um procedimento de interação, em que por meio de “uma fusão de horizontes”, característica hermenêutica, entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, pode-se dar abertura à perspectiva do outro, buscando assim “traduzir” o discurso nativo ao mesmo tempo em que o contato com a alteridade possibilita repensar e desnaturalizar aspectos simbólicos da cultura dos próprios pesquisadores. Assim, a observação participante combinada com a realização

de entrevistas abertas, emerge como um procedimento metodológico privilegiado na pesquisa antropológica que buscou uma compreensão dos significados atribuídos pelos homens/maridos ao fato de não serem provedores econômicos de suas famílias e serem sustentados por suas esposas.

A observação participante foi realizada tanto nas casas como, na medida do possível, em espaços frequentados por homens desempregados, como bares, campos de futebol e rodas de conversa. Por meio das observações, buscamos “preencher” as lacunas deixadas nas falas nos momentos de entrevistas.

Outra técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista. Optamos por essa técnica para obter informações, conhecer atitudes, sentimentos e valores inerentes aos comportamentos dos homens sujeitos de nossa pesquisa. Ou seja, buscou compreender a realidade simbólica desses esposos que, a princípio, não correspondiam ao modelo hegemônico da masculinidade.

Vale ressaltar que os dados produzidos por meio da observação e da entrevista possibilitaram compreender certas lógicas no comportamento desses homens em foco (RIBEIRO, 2008, p. 141).

As visitas às comunidades São Rafael e Padre Hildon Bandeira aconteceram em intervalos variados durante o período de dois anos. Tais visitas foram de suma relevância ao permitirem um maior contato com esses homens não provedores econômicos possibilitando um processo de tradução das lógicas que engendram seu mundo simbólico ao mesmo tempo em que possibilitaram vivenciar o cotidiano das famílias compostas com tais homens/esposos.

4 Ethos masculino: os homens/esposos e suas trajetórias

Estes homens são imigrantes, em sua maioria, vindos do interior do estado da Paraíba, principalmente de regiões com alta restrição hídrica e baixa oferta de emprego. Suas rotinas centram-se muito no local, com poucas saídas e, em geral, procuram empregos por meio de indicações de vizinhos e amigos.

Pela manhã, os que não levam os filhos à escola, ficam em casa até as dez horas, momento em que começam a se reunir nos bares, em busca de bebidas, jogos e conversas com outros homens. Por volta do meio dia, retornam às suas casas para o almoço, descansam e logo vão novamente ao bar onde ficam até o início da noite quando se recolhem para dormir. Durante a tarde, é comum vê-los acompanhados nos bares com seus filhos pequenos, que brincam enquanto seus pais conversam ou, como eles dizem, “tomam uma”. Assim, nossos sujeitos de pesquisa, estavam quase sempre “papeando” diante de casa ou nos bares, onde também se reuniam para jogar dominó, sinuca ou para “bebericar”.

Os únicos critérios para escolha dos informantes foram o fato de estarem desempregados e morarem com suas famílias, ou seja, serem esposos. Mesmo que alguns dos entrevistados executam esporadicamente alguma atividade, o pouco dinheiro que daí provém, em geral, é destinado a gastos pessoais como transporte, cigarros, bebidas, e não colaborando ou conseguindo sustentar a família. Todos moravam com filhos e ou com enteados. Eles eram sustentados pelas mulheres e parentes⁴. Desse modo, foi possível encontrar uma diversidade de situações: homens mais jovens, outros mais velhos, alguns com união consensual, outros casados no civil e ou no religioso. Existem os que já estão na segunda ou terceira união, mas nenhum deles com união recente – à mais nova é a de Francisco, com cinco anos. No total, foram entrevistados 07 homens, com idade entre 28 e 59 anos, sendo a média de idade de 41 anos. No entanto, algo que chamou a nossa atenção foi a quantidade de homens desempregados, sentados nas portas ou nos bares, aparentemente sem ter nada a fazer.

A escolaridade se apresenta muito baixa, comportando analfabetos, semianalfabetos e um único entrevistado com o Ensino Fundamental concluído. A grande maioria dos entrevistados não têm uma formação profissional, o que os faz submeter-se à prestação de serviços com muita rotatividade, inserindo-se como serventes, ajudantes de pedreiros ou como eletricitista, vigilante, faxineiro etc.

5 Ser homem e ser provedor: o fardo masculino

A ideia mais difundida entre os homens com os quais tivemos contato é que “ser homem” corresponde a ter família, ser trabalhador, ser macho e viril (heterossexual). Embora a realidade diária não corresponda ao ideal que alimentam, as divisões tradicionais de papéis parecem estar bem naturalizadas no modelo que os homens/esposos têm da família e de si próprios. Tal aspecto corresponde ao que é denominado de masculinidade hegemônica: homem heterossexual, provedor, viril etc. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; KIMMEL, 1992, 1998).

Dessa maneira, o modelo de homem “chefe da casa” (ALVIM, 1997), que também seria de provedor, apareceu nas falas dos nossos entrevistados como um ideal de vida que os orienta estipulando valores e comportamentos.

Para mim, o homem tem que ser muita coisa, ser um homem de bem, ter coragem pra trabalhar, ter família e saber controlar a família, as filhas o que é às vezes meio difícil, porque o mundo está muito mudado, com a televisão, né. Saber cuidar das coisas da casa né, assim pra não ficar desmantelado, os

⁴ A presença de parentes no sustento dessas famílias em que os homens não trabalham, reforça a ideia de que as famílias da classe popular se caracterizam muito mais em redes do que em núcleos. Essas redes são ligadas a laços afetivos, emocionais e de ajudas mútuas. Nessas redes podemos encontrar também a presença dos amigos (FONSECA, 2002; SARTI, 2003).

telhados, uma coisa ali né, [e a mulher?] essa tem assim que ter o respeito com o marido né, não ficar pelas ruas fazendo besteira, saber fazer o serviço da casa, cozinhar, pra mim é mais importante, porque homem num aguenta fica com fome. (Josuel, 37 anos).

O dever de um homem é cuidar da família, para o povo num fazer assim maldade, porque numas casas que não tem um homem, aí não tem aquele respeito com as mulheres, os homens ficam tudo de olho. E assim o homem trabalhar, né, para botar o comer na casa, é que está meio difícil, mais isso é do homem eu acho. (Marco 29 anos).

Eu acho que Deus foi feito tudo certo, desde o começo e Jesus veio ensinar, que homem é homem, e mulher é mulher e não pode mudar isso. É coisas bem diferentes. Os dois têm que ter fé em Deus e saber criar os filhos, na fé em Cristo, mas a mulher tem é para ficar mais em casa, com filhos, longe das tristezas do mundo e o homem tem que sair pra trabalhar e sustentar a família. É isso que eu acho da vida. (Clinton, 38 anos).

Em muitas conversas como pudemos perceber, o trabalho e o provimento se reafirmaram como elementos estruturantes da identidade do homem que é pobre e tem uma família. Essa atribuição faz parte do *ethos* masculino, sobretudo nesses contextos, construído em torno da virilidade, que se traduz justamente pela força física e pelo *status* de trabalhador e provedor da família. As tarefas braçais que exigem força física estão sempre destinadas a eles ou transferidas aos filhos mais velhos, tais como: o conserto da casa, carregar as compras pesadas, entre outros. Assim, tanto o homem busca ser o provedor como a mulher também espera que ele o seja, pois isto influencia no reconhecimento dele no seu grupo familiar como uma unidade “respeitável”. O que está em jogo não é só a sobrevivência, mas o reconhecimento perante os outros.

O papel masculino como provedor é complementar ao papel feminino na administração da casa. Nos discursos acima dos sujeitos dessa pesquisa, está presente a ideia de uma mulher ligada ao âmbito doméstico. Na busca de preservar sua honra, de ter ao seu lado uma “boa mulher” pura casta e recatada, os homens entrevistados buscam controlar a sexualidade das mulheres. Esse controle, que é obrigação masculina, não se restringe às esposas, mas também dizem respeito às parentes consanguíneas, principalmente as filhas e irmãs. Como afirma Scott,

Da mulher, espera-se que esteja ativamente controlando sua casa, e do homem que possa apresentar sua casa como já sob seu “controle” e “resolvida”. Isto é, reconhecido pela terminologia popular segundo a qual “a casa é do seu João, mas quem administra é Dona Maria. (1990, p. 41).

Contudo, quando as necessidades concretas da vida entram em conflito com o modelo complementar ficcional masculino-feminino, isto é, quando o chefe da casa não pode consolidar-se também como seu provedor econômico, podemos dizer que ocorre certa “transgressão” ou desestabilização dos padrões tradicionais, gerando, assim, um conflito entre o que é entendido como “certo” e “natural” e o que, na prática, se efetiva.

Nessa perspectiva, nas visitas ao campo, durante as conversas informais, Luiz (35 anos), sentado com alguns amigos, afirmou enfaticamente, que é “dever do homem botar o comer em casa, pagar conta e se a mulher quiser ela compra as besteiras dos meninos”. Lembremos que Luiz é dono do bar onde sua esposa trabalha, contribui assim com “parte” da renda, o que o faz ter um discurso mais intenso e em conformidade ao modelo ideal do homem como provedor, ou seja, realimentando o modelo da masculinidade hegemônica.

Em outro momento, ao se conversar com mais dois homens, em total situação de desemprego, o sentido da fala muda para um tom mais ressentido por não corresponder ao modelo hegemônico do macho como provedor e por suas esposas estarem trabalhando. Assim, em forma de desabafo, ao discorrerem sobre suas situações, nota-se que seus olhares e a cabeça tendem a olhar para baixo quando afirmam que

Não está certo, é mais o costume do homem. Eu sei que, hoje, as coisa (SIC) está igual, mas é de mim mesmo. É do homem. Eu queria que ela ficasse em casa descansando. Eu trabalhando, era melhor. (Josuel, 37 anos).

Da minha maneira de ver, o certo era eu trabalhar e ela ficar em casa com os menino (SIC), mas infelizmente é a vida, não é!? (José, 28 anos).

Tais afirmações são ratificadas por Sarti (2003). Segundo a autora, já que os homens se sentem responsáveis pelos rendimentos familiares, é sobre eles que recai o peso do fracasso, por não cumprir com sua obrigação quando não têm ou não é suficiente o dinheiro. O fato do homem não cumprir com o modelo de “obrigação” de provedor financeiro é algo muito constrangedor e humilhante, levando muitos deles a negarem esta condição uma vez que desestabiliza o modelo ficcional da masculinidade hegemônica.

Diante desse fracasso do modelo de provedor econômico, outros elementos simbólicos são enfatizados e utilizados como estratégias para superar tal fracasso. Os homens reafirmam que são: “homem de bem”, “respeitador” e principalmente “protetor” da família

Porque homem de verdade, minha filha, respeita onde mora, porque assim, eu mesmo, saio, tomo umas com o pessoal, mas

quando a mulher tem uma precisão eu tô sempre lá, né ?!
(Venâncio, 40 anos).

Assim, afirma Richard Sennet (2001), a autoridade do homem pai não depende apenas da capacidade econômica, mas está também baseada em valores e crenças.

Também constatamos que as funções de “chefe” transcendem a função específica de provedor, o que no fim das contas não constitui mais um problema para a família. O fato de poder contar, então, com o homem noutras necessidades familiares continua por fazer dele um membro legitimamente reconhecido. Como alega Sarti (1996), é na disposição de uma série de obrigações morais que se define a pertinência de uma pessoa, no caso o pai e esposo, ao grupo familiar.

Sendo assim, como forma de manutenção desse lugar de homem, de sua honra, um expediente sempre utilizado é o de descreverem sua situação de desemprego como uma condição temporária, em um presente contínuo. Muitos desses homens se constroem em falar de seu desemprego, como no caso de Joaquim (59 anos).

Ele sempre procurou esconder sua condição. Quando ainda não o conhecíamos, sua vizinha comentou que fazia muitos anos que Joaquim não trabalhava. No entanto, ao entrevistá-lo o tempo de desemprego apareceu indeterminado, idealizado, não muito distante. Ou seja, a situação antiga foi apresentada como atual, sendo isso uma forma de conviver com uma realidade não desejada: “olhe, faz um tempinho viu, que não arrumo emprego”.

Outro sujeito da pesquisa nessa mesma situação foi Venâncio (40 anos). Quando foi feita a pergunta em relação há quanto tempo estava desempregado, ele respondeu com uma resposta vaga: “eu sou meio ruim de data, sabe? Eu não sei bem direito, não”. Ao refazer a pergunta, tentando determinar o tempo de desemprego do entrevistado, novamente houve respostas evasivas: “é porque eu estou meio esquecido mesmo, moça”. Da cozinha, sua mulher imediatamente respondeu: “homem tu tá ficando doido, é? Não faz uns quatro anos, homem?”. A interpelação feita pela mulher foi seguida por um claro olhar de desaprovação de Venâncio que denotou o caráter consciente desse esquecimento diante da pergunta.

Vale ressaltar que diante do “esquecimento” (e ocultação) do tempo, vem sempre a justificativa de que aquela situação está além do seu controle e que não se restringe a si próprio, mas ao contexto econômico do momento, retirando a responsabilidade de si ao mesmo tempo em que o coloca como vítima da situação.

Porque emprego hoje tá difícil, não é? Olhe, eu estou aqui meio sem emprego, mas tem até doutor aí, com instrução e tudo que não arruma. Minha mulher mesmo conheceu um advogado que

não tinha emprego, tá vendo, imagine eu! Esse negócio de emprego, porque antes quando eu morava no sítio, todo mundo tinha o que fazer, mas agora, só alguns têm. Aqui mesmo na comunidade, se tu for perguntar, tem um bocado de homem, tudo parado. (Joaquim, 59 anos).

Eu vou lhe dizer, arrumar um jeito de ter dinheiro, tá difícil, a pessoa saindo ou não, não arruma do mesmo jeito! E se for velho, então, aí que não ajeita mesmo. O povo hoje é muito besta, só quer pra trabalhar mulher ou jovem que não seja doente e ainda com estudo. E eu que não sei nem riscar meu nome no papel. Um homem mesmo esses dias estava me contando que estava procurando emprego de faxina, varrer chão, essas coisas. Uma loja aí, quando ele foi lá, conversar com a mulher ela disse que só queria quem tivesse terminado os estudos. Já pensou, por isso que eu digo que o povo hoje tá muito besta, pra que precisa sabe escrever, pra poder varrer chão. (Kleber 58 anos).

A partir da pesquisa realizada, a situação do homem desempregado e a sua mulher como provedora econômica da família não se apresenta como uma possibilidade de reorganização familiar, de desconstrução da feminilidade e masculinidade nem das relações de poder da masculinidade hegemônica.

6 Algumas considerações

Neste trabalho nos propusemos a compreender qual o lugar do homem/esposo em famílias de camadas populares, especialmente em situações em que esse homem está desprovido de seu papel de provedor econômico e é sustentado por sua esposa. Na resposta a essa questão foi demonstrado que os sujeitos da pesquisa atualizam sob tensões o modelo da masculinidade hegemônica se tornando provedores morais, na ausência da provisão econômica.

Dado o nosso recorte ter sido famílias populares em que a presença do homem/marido é mantida, nossas inquietações, observações, se por um lado, confirmam algumas pesquisas realizadas na manutenção da dominação masculina; por outro, sob tensões desestabilizam ou desnaturalizam esse lugar de dominação ou reivindicam essa dominação.

Embora não possam ser conclusivas as afirmações compreendidas neste artigo, uma vez que não fizemos um trabalho comparativo, podemos inferir que essas qualidades sejam mais destacadas na fala de homens que não cumprem com um dos atributos principais do papel masculino: serem provedores econômicos de suas famílias. Estudos diversos mostram situações semelhantes a que foi estudada. A atual literatura sobre famílias de classes populares tem mostrado um aumento expressivo das famílias não providas financeiramente por homens/esposos. Todavia, ao invés de conhecer famílias em que a figura do homem não fosse digna de respeito e acatamento dentro da casa,

levando ao distanciamento dos filhos, observamos famílias em que essa situação vivida, apesar de muito sofrida, não conseguiu comprometer totalmente o lugar do homem ora reproduzindo certa relação de poder sobre as mulheres e alimentando e atualizando, no contexto estudado, o modelo da masculinidade hegemônica.

Assim, o campo empírico estudado nos indicou, por um lado, que o modelo hegemônico de masculinidade em que ao homem cabe o prover financeiro, exerce uma forte influência como referencial/ideal, levando nossos sujeitos da pesquisa, muitas vezes, a sofrerem e envergonharem-se, escondendo essa situação vivida e elaborando discursos que justificam e desculpam tal ausência de poder econômico. Por outro lado, esse modelo vem atualizado em valores ligados a uma moral de homem-protetor. Essas atribuições tradicionais, hierarquizadas e hegemônicas fazem parte do lugar atribuído ao homem na família

Vale destacar que há uma violação da dignidade humana nas questões de condições de moradia, acesso a trabalhos como atividade ontológica, acesso a uma educação em e para os direitos humanos que possa desestabilizar a hierarquização entre homens e mulheres e entre os homens (masculinidade hegemônica e masculinidade subalterna) e promover uma equidade entre os gêneros e uma sociedade democrática de respeito e aprendizado com as diferenças.

Porém, mesmo que a presença e autoridade do homem sejam mantidas, os homens que entrevistei sentem-se constrangidos e humilhados, em vista do modelo hegemônico de masculinidade por eles também alimentado e que vincula o prover financeiro ao homem/esposo.

Por fim, não quisemos aqui tipificar as opiniões em um modelo único de pensar, pois reconhecemos as diversidades de homens e suas opiniões. Pretendemos apenas acentuar uma tendência que presenciemos entre os sujeitos entrevistados. Quisemos assim buscar um novo olhar que contribuísse com a literatura existente, acreditando que é importante olhar, o ouvir e o escrever sobre esses homens na família, na casa, sobre aspectos que diferem dos já tanto estudados, como por exemplo, o machismo ou a violência.

Referências

- ALVES, José A. Lindgren. **Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade**. São Paulo, Perspectiva, 2013
- ALVIM, Rosilene. **A Sedução da Cidade**. Rio de Janeiro, Graphial, 1997.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. In: Revista Brasileira Ciências. Sociais, Fev. 2000, vol.15, no. 42, p.123-142.
- BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: **A Família Contemporânea em Debate**. Ed. Cortez e EDUC, São Paulo, 2003.

- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gêneros: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Cuerpos que Importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires, Barcelona, México, Paidós, 2008.
- CAMPOS, Carmen Hein de. Mulheres e Direitos Humanos. In: FONSECA, Cláudia; TERTO JUNIOR, Veriano; ALVES, Caleb Farias (Orgs.). **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre, UFRGS, 2004.
- CARNEIRO, Terezinha Féres. Identidade Masculina e o Exercício da Paternidade. In: FERES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e Família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro, NAU, 1999.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org) **A família Contemporânea em Debate**. São Paulo, EDUC, 1995.
- CASTEL, Roberto. As Transformações da questão social. (Org) Belfiori - Wanderley, Mariângela Borgis, Lucia Yazberf, Maria carmelita. In: **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo, EDUC, 1997.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global – compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo**. São Paulo, nVersos, 2015.
- CONNELL, Robert W. “Políticas da Masculinidade”. In: **Educação e Sociedade**. 1995, pp. 187-206.
- _____. El Imperialismo y el Cuerpo de los Hombres. In. VALDÉS, Tereza e OLAVARRÍA, José (Eds). **Masculinidad y Equidad de Género en América Latina**. Santiago, 1998, pp. 76-89.
- CONNELL, R. W. ; Messerschmidt, J. W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013. pp. 241-282.
- CORREIA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: **Colcha de Retalhos**. São Paulo: Editora brasiliense. (1982)
- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUARTE, Luiz Fernando. **Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras**. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- FONSECA. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, UFC 1985, pp.199-220.
- _____. **Família, Fofoca e Honra**. Rio Grande do Sul, Editora Universitária, 2002.
- FRASER, NANCY. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. In: Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006
- GOLDENBERG, Mirian. **Ser Homem, Ser Mulher: dentre e fora do casamento**. Rio Janeiro, Revan, 1991.
- HERRERA FLORES, Joaquín. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos: os direitos humanos como produtos culturais**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

KIMMEL, Michael. **La Producción Teórica sobre la Masculinidad**: nuevos aportes. In: Ediciones de las Mujeres. Santiago, Isis Internacional, nº 17, 1992, pp.129-138.

_____. A Produção Simultânea de Masculinidades Hegemônicas e Subalternas. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, nº 9, 1998, pp.103-117.

LARANJEIRA, Sônia M. G. A Realidade do Trabalho em Tempo de Globalização. Precarização, Exclusão e Desorganização Social. In: **Violência no Tempo da Globalização**. SANTOS, José Vicente T. dos (Org). São Paulo: HUCITEC, 1999.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva Pós-Estruturalista**. Petrópolis, Vozes, 1997.

MARTINS, José de Souza. Clientelismo e Corrupção no Brasil Contemporâneo. In: **O Poder do Atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. Hucitec, São Paulo, 1994.

MIRANDA, Marcelo H. G. de. Magistério Masculino: (re) despertar tardio da docência. Recife, Universitária da UFPE, 2011a.

_____. **Mediações**: telenovelas e sexualidades como elementos de condensações de sentidos híbridos entre a hegemonia e a resistência. In: Revista Razón y Palabra, México, v. 77, 2011b.

MIRANDA, Marcelo H. G. de; OLIVEIRA, Ana C. A. Os Limites das Categorias Heteronormativas no cotidiano escolar e a Pedagogia Queer: o caso do uso do banheiro. In: **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n.32 p. 350-373, 2016.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

NASCIMENTO, Elimar. A exclusão na França e no Brasil: Situações (aparentemente) invertidas, restados (quase) similares. In: Diniz, Eli, Lopes, Jose, Sregop, leite, Prantei, Reginaldo. **O Brasil no Rastro da Crise**. ANPOCS/IPEA/HICITEC, São Paulo, 1994, pp.289-325.

NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes do. (1999) **Ser Homem ou Nada: diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe /PE**. Recife: PPGA, UFPE/PE, (Dissertação de Mestrado), 1999.

NEVES, Delma Pessanha. **Nesse Terreno Galo não Canta: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda**. In: Anuário Antropológico, Rio de Janeiro/Fortaleza, Tempo Brasileiro/ UFC, 1985.

OLIVEIRA, Luciano. Os Excluídos Existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, ano 12, n 33, fev. 1997.

OLIVEIRA, Roberto c. de. **O trabalho do Antropólogo**. Brasília, Paralelo 15; São Paulo Ed. UNESP, 2000.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? 1985. In: ALGRANTI, L. (Org.). **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. *Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência**: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

ROMANELLI, Geraldo. A Autoridade e Poder na Família. In: CARVALHO, Renata do Carmo, (Org.) **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC e Cortez, 2003.

SARTI, Cynthia Andersem. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 1996.

SALES, Teresa. Pobreza e Cultura Política da Dádiva In: **Polifonia da Miséria: uma construção de novos olhares**. CAVALCANTI, Helenilda e BURITI, Joanildo (Orgs). Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana/CNPq/ Banco do Nordeste, 2002.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo/Recife, Hucitec, 1978.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**, Recife, SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Russel. P. O Homem na Matrifocalidade: gênero, percepções e experiências do domínio doméstico. In: **Cadernos de Pesquisa**. N. 73, maio, São Paulo, pp. 38-47, 1990.

SEGALEN, Martine. **Sociologie de la Famille**. Paris: Armand Collin, 1993.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. In: CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**, São Paulo. Cortez, 2013.

SOUZA, Jêsse. **A Construção Social da Subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.

TELLES, Veras. Pobreza e Cidadania: precariedade e condições de vida. In: **Terceirização**: diversificação e negociação no mundo do trabalho. MARTINS, Heloísa de S. e

RAMALHO, José Ricardo (Orgs.), São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. Questão Social, Afinal do que se Trata? In: **Pobreza e Cidadania**. USP, São Paulo, 2001.

_____. A “Nova Questão Social” Brasileira? In: **Pobreza e Cidadania**. USP, São Paulo, 2001.

WOORTMANN, Klaas. **A Família das Mulheres**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/CNPQ, 1987.

ZALUAR, Alba. O Antropólogo e os Pobres: introdução metodológica e afetiva. In: **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1985.